



POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO

P-42/2020

Área responsável: Encarregado de tratamento de dados (*Data Protection Officer - DPO*)

OBJETIVO:

Apresentar as normas que regem as atividades de tratamento de dados pessoais.

ALCANCE:

Esta política se aplica ao Funbio, atingindo diretamente todas as áreas da instituição, bem como a quaisquer custodiantes e operadores de tratamento de dados.

VALIDAÇÃO

Versão em vigor	Ação	Data
1	Aprovado	xx Nov 2020
	Início da validade	xx Nov 2020
	Próxima revisão	Julho 2021

CONTROLE DE VERSÕES

Versão	Data	Preparado por	Status
0.1	12/11/2020	Flavia Neviani	1a Minuta
0.2	19/11/2020	Alexandra Viana, Monica Ferreira, Vinicius Barbosa, Paulo Miranda e Flavia Neviani	Revisão
0.9	19/11/2020	Flavia Neviani	Submissão
1	21/11/2020	Rosa Lemos de Sá	Revisão
	26/11/ 2020	Conselho Deliberativo	Aprovação

DOCUMENTOS RELACIONADOS:

- Código de Conduta Ética;
- Manual do Funcionário;
- Política de Segurança da Informação P 003/2007
-

CONTATO:

O encarregado da gestão do tratamento de dados do Funbio pode ser contatado pelo e-mail: privacidade@funbio.org.br

Privacidade:

Este documento é público e estará sempre disponível no site do Funbio. Não deve ser editado ou alterado sem consentimento prévio.

Índice

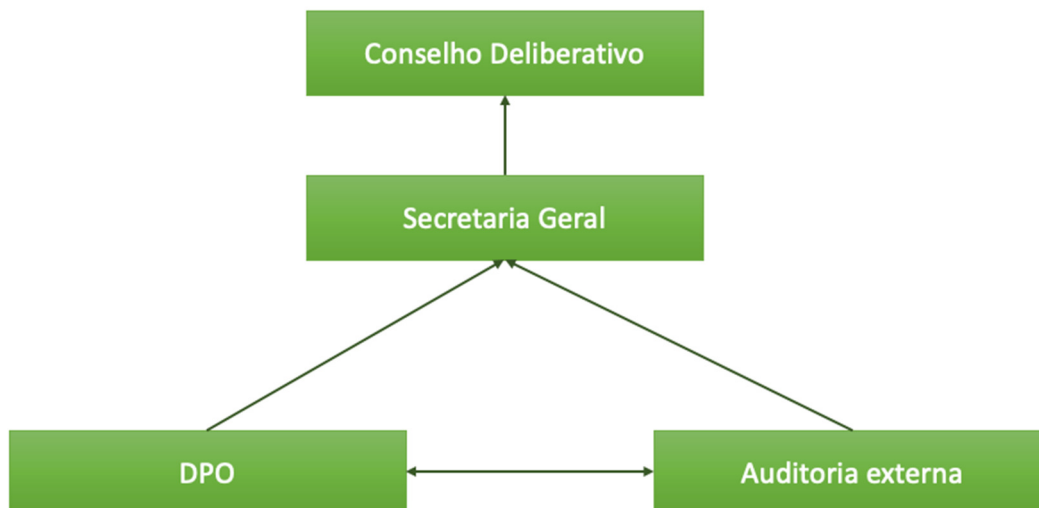
I. APRESENTAÇÃO	4
II. ORGANIZAÇÃO.....	5
III. MARCO CONCEITUAL.....	6
IV. PRINCÍPIOS.....	7
V. PROTOCOLO DE IMPLEMENTAÇÃO	8
VI. DIREITOS DOS TITULARES E PROCEDIMENTO	12
VII. MODIFICAÇÕES NA POLÍTICA DE PRIVACIDADE.....	14

I. APRESENTAÇÃO

1. O ambiente digital de troca de informações como realidade atual para a realização das mais diversas atividades humanas no âmbito de suas relações socioeconômicas exige o estabelecimento de definições e regulamentações quanto à propriedade e trânsito de dados e recebimento e/ou fornecimento a/de clientes, fornecedores, parceiros, funcionários, terceiros e seu respectivo tratamento, ou seja, armazenamento e utilização e/ou compartilhamento.
2. As tendências tecnológicas marcadas pela internet das coisas, inteligência artificial, robotização e big data analytics, blockchains, entre outros, estão transformando processos econômicos, sociais e políticos gerando constante transformação de modelos de negócios, serviços e produtos personalizados e modelos de participação, refletindo em impactos inesperados em termos de vigilância, privacidade e exclusão do uso em grande escala dessas tecnologias.
3. O Funbio assume um forte compromisso no uso da tecnologia em termos de segurança da internet, como adoção de criptografia, utilização de senha pessoal e intransferível, centralização da senha de administrador na área de infraestrutura de Tecnologia da Informação, utilização de *firewall* entre outras boas práticas de segurança,
4. Neste quadro, além da Política de Segurança da Informação do Funbio- P-003/2007 - o Funbio desenvolveu esta Política de Privacidade para o alinhamento entre sua ação externa e suas práticas internas no que se relaciona ao tratamento de dados pessoais.
5. Esta política se fundamenta na Lei 13.709/2018 que coaduna com os padrões das leis da América Latina e Europa, em especial a Regulamentação Geral de Proteção de Dados (Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of The Council of 27 April 2016) que regulamentam esse assunto e as boas práticas internacionais.
6. O Encarregado (*Data Protection Officer* -DPO) da gestão de tratamento de dados do Funbio tem a função e responsabilidade de atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), e foi designado como pessoa com independência, sem conflitos de interesse, respondendo administrativamente à Secretária Geral e funcionalmente ao Conselho Deliberativo do Funbio.:

II. ORGANIZAÇÃO

7. Controlador – CEO – Secretaria Geral - a quem compete as decisões referentes ao tratamento dos dados
8. Encarregado – DPO – Está locado na Auditoria Interna do Funbio- a quem compete a gestão de tratamento de dados do Funbio e o Registro atualizado de tratamento de dados (Registro das Operações de Tratamento de dados pessoais- ROT), bem como a elaboração e implementação de Procedimentos Internos para orientação dos operadores quanto à gestão do tratamento de dados relacionados às suas atividades e está submetido ao controle da Auditoria Externa Independente Anual.
9. Operador – Qualquer um que executa o tratamento de dados em nome do controlador
10. A seguinte linha de comunicação deve ser estabelecida:
 - 10.1 - O Controlador e o Operador garantirão o envolvimento oportuno e apropriado do Encarregado (DPO) em todas as questões relacionadas com a proteção de dados pessoais.
 - 10.2 - Os processos e atividades do Encarregado (DPO) serão objeto de avaliação de auditoria externa independente anual.



III. MARCO CONCEITUAL

11. **Dados Pessoais:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
12. **Dados pessoais sensíveis:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural
13. **Base de dados:** conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico
14. **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração
15. **Armazenamento de Dados:** Conservação ou custódia de dados em banco de dados, estabelecido em qualquer meio disponibilizado, inclusive nas plataformas gerenciadas por Tecnologia da Informação.
16. **Proprietário dos dados/ titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
17. **Custodiante da base de dados:** Pessoa física ou jurídica, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, que se responsabiliza pela guarda e conservação de base de dados.
18. **Responsável pelo tratamento:** Funbio, por meio do (a) Operador - Pessoa que coleta ou tem acesso aos dados pessoais, (b) Controlador- Pessoa a quem compete as decisões referentes tratamento dos dados, e (c) Encarregado – Pessoa designada pelo Funbio como responsável pela gestão da implementação desta política
19. **Transferência de dados:** Divulgar, comunicar, trocar e/ou transmitir, por qualquer forma e por qualquer meio, de um ponto a outro, sem fronteiras geográficas, os dados a pessoas físicas ou jurídicas que não o titular, sejam elas determinadas ou indeterminadas.

IV. PRINCÍPIOS

O Funbio reconhece uma série de princípios no tratamento e proteção de dados pessoais, em conformidade com a legislação nacional e internacional:

20. **Princípio da lealdade e legalidade:** O tratamento dos dados pessoais deve ser efetuado de forma leal, respeitando tanto a realidade legislativa nacional e regional aplicável como os direitos e liberdades das pessoas.
21. **Princípio da finalidade/ respeito a privacidade:** O tratamento dos dados pessoais deve ser limitado ao cumprimento dos fins determinados, explícitos e legítimos. Quem tiver acesso aos dados abster-se-á de realizar tratamentos incompatíveis com os fins para os quais os dados pessoais foram recolhidos, a não ser que tenha o consentimento inequívoco do titular.
22. **Princípio da adequação/necessidade/proporcionalidade/inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem:** O tratamento de dados pessoais deve ser limitado àqueles que sejam adequados, relevantes e não excessivos em relação aos fins pretendidos.
23. **Princípio da qualidade:** o responsável pelo tratamento deve garantir sempre que os dados pessoais são exatos, bem como que são mantidos tão completos e atualizados quanto necessário para cumprir os fins para os quais são tratados.
24. **Princípio do consentimento ou da autodeterminação informativa:** Dado que o direito à proteção de dados consiste no poder de decisão e controle que a pessoa possui sobre o tratamento de seus dados pessoais, o consentimento se situa como a manifestação desse poder de decisão e, conseqüentemente, como a principal causa legítima do tratamento de dados pessoais. Este consentimento deve ser caracterizado como prévio, gratuito, inequívoco, informado e, por fim, pode ser revogado pelo titular ou seu representante a qualquer momento, não podendo ser exigidos para essa revogação mais requisitos do que aqueles que eram necessários para o consentimento prévio.
25. **Princípio da responsabilidade e da segurança:** o responsável pelo tratamento deve adotar as medidas necessárias ao cumprimento dos princípios e obrigações estabelecidos, com a utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão e a demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

V. PROTOCOLO DE IMPLEMENTAÇÃO

Em conformidade com as disposições da Lei 13.709/2018, o Funbio desenvolveu esta Política de Privacidade nos seguintes termos:

26. RESPONSÁVEL PELOS DADOS PESSOAIS

O Funbio, declara-se responsável pelo tratamento e proteção dos dados pessoais e sensíveis, para os fins indicados nesta Política de Privacidade. O Funbio disponibiliza o e-mail privacidade@funbio.org.br como meio de contato sobre qualquer assunto relacionado a esta Política de Privacidade. Uma pessoa da Auditoria Interna é designada como encarregado responsável pelo procedimento de dados pessoais pelo e-mail privacidade@funbio.org.br.

27. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

27.1. O Funbio recolhe alguns dados pessoais para os fins mencionados nesta Política de Privacidade. Neste contexto, daremos a conhecer que os dados pessoais serão tratados e protegidos com base nos princípios de legalidade, qualidade, consentimento ou da autodeterminação informativa, finalidade/respeito a privacidade, lealdade, proporcionalidade/inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem e responsabilidade consagrados na Lei 13.709/2018 e nos marcos regulatórios regionais e europeus e melhores práticas internacionais de privacidade e proteção de dados.

27.2. O Funbio manterá por meio de seu encarregado os registros das operações de tratamento de dados pessoais, nos termos do artigo 37 da Lei 13.709/2018.

28. OBJETIVO E USO DE DADOS PESSOAIS

28.1. Esta política tem o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, baseada na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, visando a implantação das melhores práticas no atendimento dos seus fundamentos.

28.2. Os dados recolhidos pelo Funbio são tratados de forma confidencial, salvo as exceções estabelecidas nesta Política de Privacidade, e com as medidas de segurança necessárias para garantir a sua proteção pelo que o fornecimento dos dados implica no consentimento das pessoas, para sua utilização para os seguintes propósitos:

28.3. Objetivos primários:

- Identificá-los como parceiros, fornecedores, investidores, contratados, beneficiários; recipientes de bens, passagens em transportes, serviços e recursos, funcionários, bolsistas etc.
- Contato para envio de contratos, entrega de bens, recebimento de recursos e/ou serviços, informações relevantes sobre as atividades do Funbio
- Uso de sistemas em atividades relacionadas ao objeto referente à relação do Funbio com o titular;
- Integração entre sistemas para o cumprimento das atividades relacionadas ao objeto referente à relação do Funbio com o titular;
- Respostas a solicitações de informação, assistência e atividades relacionadas ao objeto referente à relação do Funbio com o titular.

28.4. Objetivos Secundários

- Contato para e envio de boletins informativos, realizações de eventos organizados pelo Funbio ou terceiros que sejam seus parceiros.
- Fins estatísticos, sem processamento de dados pessoais.

29. IDENTIFICAÇÃO:

- Para objetivos primários:
 - Nome
 - Data de Nascimento
 - Profissão
 - Estado Civil
 - Documento de identificação oficial (ID/CPF/matricula de servidor/passaporte);
 - Curriculum Vitae
 - e-mail
- Para objetivos secundários:
 - Raça
 - Gênero

30. CONTATO:

- Endereço (endereço, cidade, país, CEP)
- telefones
- e-mail
- redes sociais

31. CONTAS BANCÁRIAS

- Número e nome da conta
- Banco - número, nome, agencia e endereço

32. FORMAS E MEIOS DE COLETA DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais que o Funbio possa recolher e que sejam necessários para realizar as atividades de trabalho, ou deles derivados, em meios físicos, telefônicos ou através da Internet ou outros meios eletrônicos, serão coletados pelas seguintes formas:

- Diretamente do proprietário das informações
- Preenchendo formulários que se encontram no site do Funbio, de acordo com o objetivo da relação entre o Funbio e o titular, ou por nós enviados por e-mail ou disponibilizados por meio de sistemas e programas de informática

33. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

33.1. O Funbio não alterará, compartilhará, publicará, divulgará, cederá ou venderá dados pessoais a terceiros.

33.2. O Funbio pode transferir dados pessoais sem o seu consentimento prévio, apenas quando estiver sob as seguintes exceções:

- No cumprimento das condições legais exigidas quando a transferência seja necessária ou legalmente exigida por despacho de juiz competente ou para o reconhecimento do exercício da defesa de um direito em processo judicial.
- Quando os destinatários da transferência de dados forem doadores, financiadores ou órgãos executores governamentais, Ministério Público, bem como consultores externos sob o controle comum do Funbio, que operem sob os mesmos processos e políticas internas ou autoridades relacionadas de gestão de seu assunto.

- Para atendimento de obrigações legais e/ou regulatórias;
- Para cumprimento de obrigações decorrentes de contrato do qual o titular faça parte;
- Demais exceções discriminadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira.

33.3. O Funbio compromete-se a cumprir e respeitar os princípios legais de proteção dos dados pessoais quando da sua transmissão, quer a pessoas quer a empresas.

34. MEIOS PARA PROTEGER O USO OU DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 34.1. O Funbio implementará as medidas de segurança, técnicas, administrativas e físicas necessárias para proteger os dados pessoais e prevenir seu dano, perda, alteração, destruição ou uso não autorizado, acesso ou tratamento dentro desta Política de Privacidade.
- 34.2. Apenas pessoal autorizado pode participar no processamento de dados pessoais. O pessoal autorizado está proibido de permitir o acesso de pessoas não autorizadas e de usar os dados pessoais para finalidades diferentes das estabelecidas nesta Política de Privacidade. A obrigação de sigilo das pessoas que participam no tratamento dos dados pessoais subsiste mesmo depois de encerrada a relação com o Funbio.
- 34.3. Nesse sentido, cada unidade administrativa e programática deve utilizar somente as ferramentas institucionais e softwares aprovados pelo Funbio, os quais são administrados pela equipe de Tecnologia da Informação, o que permitirá manter mais controles de segurança sobre as bases de dados criadas, a partir da data de vigência desta Política de Privacidade. Será evitado o uso de contas pessoais ou outros tipos de plataformas digitais não aprovadas pelo Funbio para a criação e coleta de dados protegidos.
- 34.4. Os usuários dos sistemas do Funbio têm a obrigação de manter padrões de segurança em suas contas e equipamentos vinculados aos serviços do Funbio, a fim de manter a segurança das informações e bancos de dados. Isso inclui, mas não se limita ao uso de senhas fortes, o não compartilhamento de senha, o não compartilhamento de informações com terceiros que não previamente autorizados, dentre outros que podem vir a prejudicar o funcionamento e segurança das informações.

34.5. Além disso, caso as contas institucionais ou equipamentos de informática sofram algum tipo de ataque ou violação, o interessado informará imediatamente à equipe de Tecnologia da Informação para que tomem as medidas necessárias para preservar a segurança e o controle sobre eles.

35. PROCEDIMENTOS PARA IMPLEMENTAÇÃO

35.1. Quando esta Política de Privacidade iniciar a fase de implementação, será enviado um e-mail de privacidade@funbio.org.br aos titulares de dados armazenados pelo Funbio, para o endereço de e-mail que nos forneceram, informando sobre esta Política de Privacidade e a sua adoção do princípio **do consentimento ou da autodeterminação informativa**.

35.2. No caso de uma pessoa não concordar que os dados pessoais sejam usados para os fins secundários mencionados acima, ela enviará um e-mail para privacidade@funbio.org.br para remover o referido dado.

VI. DIREITOS DOS TITULARES E PROCEDIMENTO

36. Como detentores dos dados pessoais objeto desta Política de Privacidade, os titulares têm o direito de saber quais dados pessoais são armazenados pelo Funbio, para que são usados e as condições de uso. Portanto, podem revogar, a qualquer momento, o consentimento que tenham concedido e que seja necessário para o tratamento e utilização dos dados pessoais, desde que não haja relação ou vínculo atual com o Funbio, nem obrigação legal, regulatória e contratual de armazenamento para prestação de informações aos financiadores e às autoridades fiscais, trabalhistas e previdenciárias, relativamente à comprovação de pagamentos e recolhimentos realizados em função da atividade que gerou o tratamento dos dados. O titular pode fazer isso a qualquer momento, enviando sua solicitação ao Funbio por e-mail: privacidade@funbio.org.br

37. São direitos do titular os direitos de Acesso, Retificação, Cancelamento ou Oposição, e o Funbio poderá requerer a comprovação de autenticidade do requerente.

38. Pelo exposto, o titular dos dados pessoais deve enviar-nos uma comunicação por e-mail informando de forma confiável e detalhada os dados pessoais específicos aos quais deseja ter acesso, ou que exigem a sua retificação, cancelamento ou,

- consequentemente, oposição ao seu tratamento. A comunicação deve conter as seguintes informações:
- 38.1. O nome do proprietário e endereço ou outro meio para comunicar a resposta ao seu pedido.
 - 38.2. Os documentos que comprovem a identidade ou, se for o caso, a representação legal do titular
 - 38.3. A descrição clara e precisa dos dados pessoais com relação aos quais se pretende exercer algum dos referidos direitos.
 - 38.4. Qualquer outro elemento ou documento que facilite a localização de dados pessoais.
39. O Funbio entrará em contato com o requerente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento do pedido de acesso, nos termos do artigo 19 da Lei 13.709/2018.
40. O Funbio entrará em contato com o requerente no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do pleito de cancelamento, retificação ou oposição, informando a respectiva decisão, ainda que esta seja julgada como procedente entrará em vigor no prazo de 15 (quinze) dias a partir da respectiva decisão do Funbio.
41. Os titulares podem revogar ou limitar a utilização ou divulgação de dados pessoais enviando o seu pedido para o e-mail privacidade@funbio.org.br . Caso o seu pedido seja adequado e legítimo, os dados do proprietário serão apagados da base de dados do Funbio.
42. Nesse sentido, o Funbio responderá à solicitação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da solicitação, e informar a origem dos dados.
43. Adicionalmente são direitos do titular:
- Direito à informação: no caso de ocorrer uma violação de dados, o Funbio o informará sobre tal violação dentro de 10 (dez) dias após o Funbio tomar conhecimento da violação.
 - Direito de supressão: Podem solicitar a supressão dos dados quando, entre outros motivos, os dados já não sejam necessários para os fins para os quais foram recolhidos, resguardadas as obrigações legais de prazo de armazenamento.
44. No caso de titulares desejarem exercer esses direitos, poderão fazê-lo a qualquer momento, encaminhando seu pedido ao Funbio no âmbito do mesmo mecanismo de Direitos descritos nos itens 39 a 43 acima.

45. Ficam resguardadas as situações de exclusão da obrigação pelo controlador, relativamente aos pleitos de eliminação, conforme artigos 16 da Lei 13.709/2018.ⁱ

VII. MODIFICAÇÕES NA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

46. O Funbio reserva-se o direito de alterar ou modificar esta Política de Privacidade conforme julgar conveniente, por exemplo, para cumprir as mudanças na legislação sobre proteção de dados pessoais ou cumprir as disposições internas. O Funbio disponibilizará a Política de Privacidade atualizada quando houver alterações, bem como quando for necessário obter seu consentimento.

47. A versão atualizada do Aviso de Privacidade estará disponível ao público através dos seguintes meios:

- No site www.funbio.org.br, na seção Aviso de Privacidade.
- Por meio da conta de e-mail que os titulares dos dados nos forneceram.

ⁱ Lei 13.709/2018 - Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:
I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
II - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
III - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou
IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.